

PORTARIA Nº 948 DE 15 DE SETEMBRO DE 1989

(Publicada no Diário Oficial de 16 e 17/09/1989)

Ver Portaria nº 1.314/89, publicada no DOE de 29/12/89, que fixa os prazos de recolhimento do ICMS para o exercício de 1990.

Ver Portaria nº 1.166/90, publicada no DOE de 29 e 30/12/90, que fixa os prazos de recolhimento do ICMS para o exercício de 1991.

Esclarece normas relativas a atualização monetária do ICMS.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com base no art. 450 do Regulamento do ICMS e objetivando esclarecer os procedimentos determinados pelo Convênio ICMS 92/89 e pelo art. 117 do citado Regulamento;

RESOLVE

Art. 1º O recolhimento do ICMS poderá ser feito sem atualização monetária até o nono dia:

I - do mês subsequente ao do fato gerador, em se tratando de regime normal de apuração (mensal);

II - do mês subsequente ao da operação:

a) nos casos de substituição tributária decorrente de saídas de mercadorias do estabelecimento;

b) nos casos de antecipação tributária decorrente de entradas de mercadorias no estabelecimento;

III - do mês subsequente ao do termo final, nos casos de deferimento;

IV - após o embarque, em se tratando de exportação de café cru para o exterior;

V - após o fato gerador, em se tratando da hipótese de prestação de serviço de transporte de passageiros, quando o prestador estiver localizado em outro Estado ou no Distrito Federal.

Art. 2º Os contribuintes que optarem pelo pagamento nos prazos fixados pela legislação tributária, especialmente pela Portaria nº 1.323, de 26 de dezembro de 1988, adotarão, em obediência ao disposto nos §§ 7º e 8º do art. 117 do Regulamento do ICMS, os seguintes procedimentos:

I - converter o débito de cruzados novos para Bônus do Tesouro Nacional-BTN Fiscal vigente em uma das datas estabelecidas no art. 1º para recolhimento sem atualização monetária, conforme o caso;

II - reconverter para cruzados novos o valor do imposto devido, mediante multiplicação da quantidade de BTN Fiscais, obtida de acordo com o disposto no inciso anterior, pelo valor unitário do BTN Fiscal vigente na data do pagamento.

Art. 4º O Diretor do Departamento de Administração Tributária divulgará os valores unitários dos BTN Fiscais fixados pela Secretaria da Receita Federal, bem como expedirá as instruções necessárias à fiel observância do disposto nesta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir dos fatos geradores do mês de setembro de 1989.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, 15 de setembro de 1989.

RUBENS VAZ DA COSTA
Secretário